

São Paulo, 8/09/86.

## A PARANAPANEMA S/A e ALTO RIO NEGRO/86.

O objetivo desta descrição é para revelar a radiografia política que incide nas regiões de Pari-Cachoeira e no Rio Içana, principalmente na serra do Caparo, ambas no município de São Gabriel da Cachoeira - Am.

É impossível detalhar os fatos que acontecem no território indígena do Rio Negro. Esse fato, embora esteja à disposição do governo e das entidades e, mesmo para os índios que são vítimas desta agressão, no mínimo resulta em polemica e nada de solução.

No caso de Pari-Cachoeira, embora aparentemos como pessoas ruins, temos lutado para conseguir a demarcação de nossa terra. Essa luta foi feita durante 16 anos e nos desgastou politicamente, e, inclusive, fomos obrigados matar os garimpeiros (\* 3 garimpeiros foram mortos no dia 26 de outubro/85, sob comando de Domingos Sávio, Brandão, índio Tukano de Pari-Cach.)

Para líderes de Pari-Cachoeira e de Taracuí, a perda de três garimpos, foi suficiente para analisar o comportamento hostil dos garimpeiros, porque só se conseguiu intrigas e afastamento dos órgãos governamentais.

Os índios de Pari-Cachoeira conseguiram tirar da área mais de 1.000 garimpeiros, e em janeiro do ano em curso fizeram 35 reféns, na serra do Traíra sob comando de Pedro Fernandes Machado, índio Tukano da vila de Pari-Cachoeira.

Devido a circunstância difícil, em novembro do ano passado fomos obrigados esquecer os problemas internos/políticos na região e passamos a correr em Manaus e em Brasília.

Depois de termos feito contato com as autoridades de Brasília, em dezembro/85, não conseguimos nada de concreto para interesses de Pari-Cachoeira,

que era a demarcação da terra.

O custo empregado pelas lideranças de Pari-Cachoeira, de outubro/85 a março/86, foi suficiente para analisar o quadro financeiro da FUNAI e das entidades. O custo do Sr. Benedito Fernandes Machado, índio e líder geral de Pari-Cachoeira, do Sr. Emídio Prado, Tuiuka, líder adjunto na Serra do Traira, foi graças à cooperação dos próprios indígenas.

Nesse período, a grande colaboração das entidades foi na orientação como chegar na CNBB, no mised e nada mais.

A nossa maior dificuldade foi para conversar com Presidente da FUNAI - Apoena Meireles, com o cel Luis Guadalupe, chefe da ASI - na FUNAI, com ministro Ronaldo Costa Couto e mesmo com alguns funcionários da FUNAI, e mais a perseguição e campanha que sofremos por parte do Sebastião Amâncio da Silva - Delegado da 1ª DR-MAO, e do Ten. José Alves, chefe do DAI, em Brasília.

Foi um período mais difícil de todos os tempos. Pari-Cachoeira reconhece a bondade da Profa Alcida Ramos, da UNB, porque lá conseguimos pensar e passar as noites. Também reconhecemos o CIRII-BSB, CPI-SP; CEDI e mais outros amigos que viram a nossa situação.

Devido impasse político criado pela FUNAI, conseguimos levar alguns índios funcionários da FUNAI para Pari-Cachoeira. Eis os nomes:

- 1-) Carlos Estevão Taukane - BAKARI
- 2-) Carlos Marcus - TERENA.
- 3-) Olair - KARAJÁ.
- 4-) Idjaluri - KARAJÁ.
- 5-) Karejete - KARAJÁ.

Estes funcionários que estavam à serviço da FUNAI foram presos em Presos em Pari-Cachoeira, mas de modo diplomático, isto é, não foram agredidos. Solicitamos três (Carlos Marcus, Olair e Idjaluri) para fazer contato com BSB em São Gabriel da Cachoeira.

No dia 30 e 31/1/86 foram presos as seguintes pessoas: 1º) Cel. Louis Guadalupe - chefe da ASI, por representar a FUNAI oficialmente e por estar vestindo uma camiseta com símbolo do governo Gilberto Mestrinho; 2º) Profº Sebastião Amôncio da Costa, Delegado da FUNAI, em MAO.

Outros brancos que ali chegaram não foram presos, mas presenciaram a reação do povo contra a falta de responsabilidade da FUNAI. Se fossemos mostrar tranço só esses dois, isto é, nada tínhamos a ver com outros companheiros.

Na noite de 30<sup>01</sup>/86, nós, as lideranças indígenas sofremos a pressão de nossos companheiros, porque estes queriam as cabeças que foram mencionadas, mas achamos melhor entrar numa negociação e, por isso, estes vivem até hoje, isto é, graças a mim e outros líderes.

Em abril do corrente ano nos reunimos em Manaus com Sr. Presidente da FUNAI - Apoena Meireles e foi lá que tomamos conhecimento sobre o Projeto Calha Norte, do Sr. Gal, Rubens Bayma Denys, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional e acessor do Sr. Presidente da República, Sr. José Sarney.

Não tendo mais apoio por parte das entidades e da própria FUNAI viemos com uma delegação maior.

- 1º) Presidente da UCIRT - Luício Miguel <sup>TUKANO</sup> Fonte
- 2º) Ovídio Cunha Marinho - Vice - TUKANO
- 3º) Carlos Eugênio Fernandes Machado - Secretário - TUKANO
- 4º) Benedito Fernandes Machado, líder
- 5º) Pedro Fernandes Machado, líder
- 6º) Carlos Antonio Fernandes Machado, líder
- 7º) Henrique Castro, cacique de Pari-Cachoeira
- 8º) Álvaro Fernandes Souzain - acessor e procurador da UCIRT.

Para movimento indígena de Pari-Cachoeira foi importante, porque no dia 31/01/86 as lideranças me deram o bastão de chefe e nomearam como pessoa de



confiança para negociar com os homens do governo. Assim, no dia 1.º de março vim para Manaus para responder em nome do povo de Pari-Cachoeira. Nesse avião vieram as duas autoridades da FUNAI que quase morreram e passaram a me respeitar como líder de Pari-Cachoeira.

Toda tramitação burocrática foi atrapalhada, porque houve mudança de ministros, a troca de presidente. Nessa época fomos mais firmes para falar com as autoridades da FUNAI.

Para começar, a FUNAI hospedou os líderes numa pensão feia, cheia de mosquitos e insetos devido a concentração de muito gaviampeiros em Manaus. Os nossos líderes começaram andar com armas de fogo na cidade e na Serra do Trairão. Não tivemos mais segurança para andar na cidade, isto é, era jeito usar os taxis e gastar dinheiro que pouco tínhamos.

Eu não fiquei no hotel e sim na casa de minha tia. Mas os nossos compatriotas descobriram que a Paranaense estava custeando as despesas do hotel, e, isto irritou os índios e foi preciso descer cacete na FUNAI e na Paranaense S/A.

E, como não tinhamos dinheiro e, porque aceitavamos a interferência da FUNAI, algumas de nossas lideranças começaram a emprestar a Paranaense, o Gilberto Mestrinho e com próprio José Altino Machado, no aeroporto Internacional.

Com excessão a mim, a diretoria da VCIRT teve uma reunião no Clube da Paranaense e no escritório da Tabooca, quando, então, se encontraram com Dr. Octávio Lacombe - conhecido como "TARZANI" no meio dos empresários.

Ale parece que foi suficiente para traçar um plano para chegar em BSB e falar com as autoridades da FUNAI, do CSN, MINTER, DNPM e Ministério das Minas e Energia.



Nesse período conseguimos as seguintes autoridades.

- 1º) Dr. Octávio Lacombe  
Diretor executivo e Presidente do  
Grupo Paranaoponeema S/A.
- 2º) Dr. Engenheiro Nelson Dorneles  
Assessor especial do Lacombe,  
Cel do Exército, amigo do Gal  
Otávio Aquino de Medeiros,  
amigo do Cel Fregapani, responsá-  
vel pelo C S Nacional, ambos do  
CMA.

A função do Cel Dorneles era para encontrar uma maneira de não brigar com os índios. Isso era chamado como uma "boa vizinhança".

Foi o Cel Dorneles que conseguiu levar a direção da UCIRT para Ititinga, e outros contatos com governador Gilberto Mestrinho. O Cel Dorneles pertencia à Mineração Taboca, e por ser mais hábil foi escolhido para projetos da Serra do Trairão e Serra do Caparo, no Rio Içana.

- 3º) Ten Tadeu, um dos membros do grupo Paranaoponeema, hoje, dono da Sacopã. Tem outro, também, com o mesmo nome que é o filho do primeiro. Este é do exército e aranja revólveres para índios mais chegados.

A operação feita na Serra do Trairão foi graças a este Tenente, e hoje existe capitão da PM, que não me lembro do nome que opera no Rio Içana.

4º) Dr. Hitler Naves, acessor especial para assuntos do Planalto - DF.

Durante esse período percebemos o peso de nossa responsabilidade e buscamos uma maneira de sair da tutela da FUNAI. Então, a UCIRT ficou num hotel chamado Solimões, no centro da cidade, onde as diárias não eram baixas.

As despesas do hotel, passagem e alimentação foram em base do entendimento, isto é, que seria pago futuramente com a exploração do ouro e outros materiais, na Serra do Trairão.

Foi assim que viemos para Manaus, Brasília e São Paulo onde nos deparamos com as autoridades.

Hoje, depois de muito quebrarmos as nossas cabeças, conseguimos acompanhar o mundo dos brancos e decidimos levar as autoridades em Pari-Cochocina.

O objetivo de nosso convite foi para chamar atenção do público, demonstrando o nosso lado político e pacífico de nossa direção, e, indiretamente demonstrar a nossa capacidade e exigir a demarcação das terras indígenas na faixa de fronteira. Para isso foi necessário repudiar o Projeto Calha Norte que era.

Esse projeto caía em cima do sítio Rio Negro e Roraima.

O Gal. Bayma Demys dava:

- 1º) 1 caminhão Mercedes Benz
- 2º) 1 trator agrícola
- 3º) três moto-serras
- 4º) 1 geladeira à querosene
- 5º) 1 barco (motor e barco voadeira)
- 6º) materiais para agricultura.

Esse projeto foi apoiado pelo Ministro do Interior, pelo presidente da FUNAI e pelo Superintendente da FUNAI, em Manaus, porque era a única maneira de conjugar as forças para controlar o movimento indígena.

Numa visita que fizemos ao Palácio do Rio Negro, no final do encontro, a UCIRI pediu alguns dos materiais mencionados.

No final da estória é que o Gal Rubem Bayma Deneys está custeando a candidatura do Amazoniño Mendes, o candidato do Gilberto Mestrinho. O Gal dá materiais e dinheiro para calar a boca das comunidades indígenas menos organizadas na faixa de fronteira. Esses materiais são para comprar os votos de índios para Amazônias. Aqui encerra como está o Projeto Calha Norte. E, além disso, a Paranaense S/A custea o mesmo candidato que defenderá os interesses das poderosas mineradoras.

A Pari-Cachoeira não escapa desse jogo. Lá o pessoal quer a demarcação da terra, e não aceita a colonização. Fala-se de que já temos uma reserva, isto é, o nosso povo conhece e depende os limites da reserva.

O nosso povo, com mais experiência na organização e na luta, defende a política mineral. Por isso, no dia 16 de agosto foi feito o acordo de cavalariagem, o acordo de convivência e foi demonstrado às autoridades os limites de nossas fronteiras. Não houve nenhum acordo formal para pesquisa e exploração na Serra do Trairão.

Existe o plano interno que o seguinte: A Serra do Trairão foi aberta para todos filhos dos índios da região, porque só assim é que a Pari-Cochoeira podia ajudar outros irmãos a tomarem consciência e <sup>conscientizar</sup> para lutar juntos.

É plano da UCIRI que, enquanto não houver a demarcação da terra, não haverá nenhum acordo.

As pesquisas terminam daqui a dois anos, isto é, temos dois anos para organizar o nosso povo e decidir, em conjunto, para demarcação da terra continua no Alto Rio Negro. Em Pari é assim.

Serra do Caparo - Rio Icema.

No Rio Icema acontece tudo contrário. A FUNAI sucessora os índios fazendo projetos. Assim no dia 14/07/86, em Tanni foi firmado um acordo entre FUNAI (índios) e Paranaapanema S/A para obter um trânsito livre. Em troca a empresa deu aos índios, comida, barco, uma coisa que não posso confirmar.

Está havendo um forte esquema de segurança da SAEDPA, e ultimamente até os próprios índios foram expulsos. A segurança, ainda, tem apoio do exército. E lá vai a história.

A. S. S.